

John Charles Chasteen

América Latina

UMA HISTÓRIA DE SANGUE E FOGO

NEOLIBERALISMO



OS PRAZERES DA GLOBALIZAÇÃO. FOTOGRAFIA DE JEAN-MARIE SIMON. A cultura de consumo está por toda parte na América Latina. Para a minoria abastada, a nova acessibilidade de produtos importados é uma dádiva. Mas para a maioria pobre, como os habitantes desse bairro pobre da Cidade da Guatemala, com baixo poder aquisitivo, o fascínio da cultura de consumo produz sobretudo raiva e frustração.

Por ora, o pêndulo político se afastou decisivamente do nacionalismo na América Latina. Em certo sentido, o nacionalismo se consumiu na Guerra Fria. Os revolucionários marxistas foram, em geral, fortemente nacionalistas, e os ditadores reacionários que os esmagaram foram, com frequência, nacionalistas também, embora de uma espécie diferente. Tanto a violência revolucionária quanto a sangrenta vitória dos reacionários contra a esquerda desacreditaram o nacionalismo. Já em 1990, o nacionalismo parecia a onda do passado na América Latina, algo da geração dos anos 1960. E agora, após várias décadas desfavorecido — estimulado por sua associação com a superpotência remanescente, os Estados Unidos —, o liberalismo voltou para preencher o vácuo ideológico. A nova geração de liberais denomina-se *neoliberais*. Bem ou mal, o neoliberalismo — com uma ênfase familiar no livre-comércio, na produção para a exportação e na doutrina da vantagem comparativa — reina supremo na América Latina na virada do terceiro milênio.

Em meados da década de 1990, já parecia que todo presidente da região era um neoliberal. Tomemos Fernando Henrique Cardoso, um ex-professor marxista de sociologia, um famoso teórico da dependência que inspirara uma geração de cientistas sociais radicais na América Latina e Estados Unidos nas décadas de 1970 e 1980. Na época em que foi eleito presidente do Brasil, em 1994, até Fernando Henrique era um neoliberal. Até o líder peronista duas vezes eleito presidente da Argentina, Carlos Menem, era um neoliberal. Até os presidentes do México do PRI, supostos herdeiros de outra grande tradição nacionalista, eram agora *neoliberais*. Na verdade, Carlos Salinas e Ernesto Zedillo, que lideraram

o dividido Partido Revolucionário Institucional na década de 1990, receberam formação profissional em economia neoliberal em grandes universidades dos Estados Unidos. Os neoliberais foram encorajados pelo governo norte-americano e içaram as velas para captar os ventos da globalização da virada do século.

Os neoliberais se desembaraçaram de todos os paramentos do nacionalismo econômico e abraçaram a fé liberal básica no livre-mercado. Assim, eles venderam, ou *privatizaram*, as empresas e serviços públicos estatais que os nacionalistas haviam criado em toda a América Latina como declarações de “independência econômica”. As burocracias estatais são notoriamente ineficientes no mundo inteiro, e as companhias telefônicas e petrolíferas estatais revelaram-se uns fracassos na América Latina. Os neoliberais partidários do livre-comércio reduziram drasticamente as tarifas sobre importações que os nacionalistas haviam criado para proteger as indústrias latino-americanas. Eles desregulamentaram os fluxos de capitais, por exemplo, removendo os limites de inspiração nacionalista à remessa de lucros das empresas multinacionais para fora de um país a cada ano. Eles reduziram ou removeram os subsídios de inspiração nacionalista que tornavam os alimentos e serviços públicos básicos acessíveis aos pobres. (Os subsídios interferem com o livre-mercado.) Os neoliberais também iniciaram ataques totais à inflação, que solapa substancialmente o funcionamento do mercado.

Os neoliberais tiveram poucas idéias novas. Tudo que recomendaram já havia sido testado na América Latina antes de 1930. Assim, de onde obtiveram o tremendo impulso? Para começar, as provações dos últimos anos haviam diminuído o *glamour* da revolução nacionalista. Além disso, os neoliberais puderam reivindicar o mérito de subjugar a crise da dívida da década de 1980, quando muitos países latino-americanos lutaram para honrar os pagamentos da dívida externa. Essas dívidas haviam subitamente inchado devido aos altos preços mundiais do petróleo e ao excesso de empréstimos a curto prazo na década de 1970. Com o aumento acentuado das taxas de juros na década de 1980, esses grandes empréstimos a curto prazo tiveram de ser refinanciados a taxas muito mais elevadas. As dívidas nacionais da América Latina dispararam, como aconteceu também com a dívida nacional norte-americana na mesma época. A diferença: as dívidas latino-americanas eram, na maior parte, com bancos estrangeiros. As dívidas externas da região como um todo aumentaram de US\$105 bilhões (1976) para US\$397 bilhões (1986), com México e Brasil sendo os maiores devedores. Os países que não honrassem suas dívidas externas se encontrariam internacionalmente falidos e isolados.

Os emprestadores estrangeiros, como os do influente Fundo Monetário Internacional (FMI), acreditavam que a solução para a insolvência latino-americana residia em políticas de livre-mercado. Assim, os neoliberais definitivamente contaram com sua aprovação. Para encorajar o neoliberalismo na América Latina, os emprestadores estrangeiros gradualmente “rolaram” as dívidas externas de um país após o outro, convertendo-as em títulos a longo prazo. Essas dívidas continuaram crescendo na década de 1990, mas agora os países credores conseguiam efetuar os pagamentos. O FMI tipicamente insistia em reduções nos gastos sociais, e os pobres da América Latina foram os que mais sentiram esse “aperto do cinto”. Mesmo assim, a crise foi superada e a região pareceu ter ultrapassado um obstáculo.

O neoliberalismo adquiriu uma forte marca de sucesso na década de 1990. A hiperinflação que castigou o Brasil e a Argentina durante décadas foi espetacularmente detida, pelo menos por algum tempo, pelas políticas neoliberais. Por alguns anos, a América Latina foi apregoada entre os investidores norte-americanos como um grande “mercado emergente”, oferecendo vastas oportunidades de investimentos. As políticas neoliberais encorajaram a vinda de capitais estrangeiros para a América Latina, no valor de bilhões de dólares. Franquias de *fast food* norte-americanas brotaram em grandes cidades do Chile ao México. Em 1994, a criação do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), o sustentáculo do neoliberalismo mexicano na década de 1990, pareceu grandiosa para pessoas nos dois lados da fronteira. Um ano depois, Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai inauguraram sua própria zona de livre-comércio, o Mercosul. O comércio mais livre da década de 1990 permitiu aos moradores de apartamentos de classe média da Cidade do México a Santiago acessar a Internet, sintonizar via satélite a televisão norte-americana e tornar-se, mais do que em qualquer época anterior, consumidores no estilo norte-americano de uma economia transnacional. As reduções neoliberais das barreiras alfandegárias reduziram os preços e aumentaram a variedade dos produtos importados, de automóveis a videocassetes.

Os neoliberais também atraíram novas empresas transnacionais para a América Latina, mas o impacto dessa estratégia tem sido misto. Uma das operações transnacionais mais comuns foi e é a *maquiladora*, uma linha de montagem usando um monte de mão-de-obra barata, mais frequentemente mão-de-obra feminina, para montar peças importadas. As baixas tarifas facilitam a produção da maquiladora. Por exemplo, maquiladoras mexicanas junto à fronteira norte-americana podem receber peças da Ásia, montá-las e enviar os produtos acabados através da fronteira para serem vendidos nos Estados Unidos. Os trabalhadores

pouco significam para as maquiladoras que os empregam. Mulheres que engravidam, por exemplo, são rapidamente demitidas na maioria dos casos. Os custos baixos da mão-de-obra constituem a principal razão de as maquiladoras estarem na América Latina. Assim, os governos neoliberais tentam manter baixos os salários, mesmo que os subsídios à comida e transporte sejam retirados dos pobres.

O Chile destaca-se como o caso de sucesso neoliberal da década de 1990. As reformas econômicas neoliberais do Chile começaram durante os anos da ditadura, orientadas por economistas da Universidade de Chicago, os famosos *Chicago Boys*. Na década de 1990, o Chile ostentou baixa inflação, bom crédito, crescimento constante e exportações diversificadas, destinadas quase igualmente a países europeus, asiáticos e americanos. A expansão da economia chilena foi tão constante e vigorosa que beneficiou, em certo grau, todos os chilenos — mas, como em outras partes, a classe média foi mais beneficiada. Mas a distribuição da riqueza do Chile permaneceu entre as mais desiguais da América Latina. Ou seja, o melhor cenário do neoliberalismo mesmo assim prometeu menos aos mais necessitados.

Em suma, os consumidores, na maioria pessoas de classe média, têm se beneficiado mais do neoliberalismo. Fazer “compras internacionais” sem barreiras alfandegárias é obviamente uma vantagem para quem dispõe de suficiente poder de compra. Por outro lado, os *produtores* têm sido prejudicados, pelo menos até agora. Claro que a maioria dos produtores também é consumidora, mas em graus muito variáveis. Os latino-americanos pobres consomem relativamente pouco. Medida em dólares, a economia norte-americana gera anualmente cerca de US\$30.000 por pessoa e a economia japonesa, cerca de US\$40.000, mas a economia brasileira, menos de US\$5.000, a economia mexicana, menos de US\$4.000, a economia peruana, menos de US\$3.000, a economia guatemalteca, menos de US\$2.000 e a economia hondurenha, menos de US\$1.000.

Há muito mais latino-americanos pobres, pelos padrões norte-americanos, do que de classe média. Os latino-americanos pobres compram roupas baratas vendidas em caixas, um balde de plástico esta semana, um relógio digital barato na próxima. Seu ganho como pequenos consumidores tem sido mais do que anulado por sua perda como produtores. Com o colapso das indústrias latino-americanas, devastadas por concorrentes estrangeiros que os nacionalistas haviam mantido à distância, milhões de trabalhadores enfrentam o desemprego ou o subemprego a longo prazo no denominado setor de serviços informais. Eles vendem chicletes nas calçadas, lavam pára-brisas nas esquinas e coletam mate-

riais recicláveis em carretas frágeis. Alguns ficam contentes quando encontram trabalho em maquiladoras, mas que satisfação um emprego em uma maquiladora pode dar a longo prazo?

As reformas neoliberais reduziram os gastos governamentais, um passo rumo ao equilíbrio dos orçamentos nacionais e à redução da dívida, mas a um alto custo social. Os subsídios, as indústrias protegidas, as estatais e as grandes burocracias criadas pelos nacionalistas na América Latina eram ineficientes, sem dúvida. Mas também proporcionavam um meio de vida para milhões de pessoas que os neoliberais deixaram desempregadas. Similarmente, os serviços estatais eram deficitários em parte porque forneciam eletricidade ou água corrente sem lucro para os muito pobres. As companhias telefônicas privatizadas, dando outro exemplo, melhoraram as telecomunicações para quem pode comprar um telefone, mas comprar um telefone tornou-se mais difícil para muitos.

Soa familiar? Em muitos aspectos, o impacto das reformas neoliberais assemelha-se ao impacto das reformas liberais de 1870 a 1930. A América Latina tornou-se mais “moderna” no sentido tecnológico. Capitais e produtos estrangeiros afluíram. As pessoas mais abastadas se beneficiaram, mas os latino-americanos menos afortunados sofreram. Vencedores familiares, perdedores familiares. Um retrospecto da década de 1890 põe as “inovações” neoliberais atuais na devida perspectiva histórica. Os tecnocratas do PRI da década de 1990 assemelham-se aos *Científicos* tecnocráticos que aconselhavam Porfirio Díaz às vésperas da Revolução Mexicana. Não é por acaso que o PRI começou a revisar os livros de história mexicanos para reabilitar a imagem de Díaz, por muito tempo pintado como vilão pelos nacionalistas.

Os novos livros escolares também minimizaram a importância de heróis revolucionários como Emiliano Zapata. Mas no mesmo dia da entrada em vigor do NAFTA, em 1994, rebeldes indígenas autodenominados zapatistas declararam sua oposição ao novo acordo comercial. Esses novos zapatistas eram maias de aldeias próximas à fronteira da Guatemala, uma área do México distante daquela em que Zapata atuou. Eles tinham reivindicações imediatas relacionadas à terra agrícola, mas também tinham uma visão mais ampla. Eles adotaram o nome de Zapata para lembrar o México de sua herança nacionalista. O subcomandante Marcos, o misterioso porta-voz zapatista fumando cachimbo e usando uma máscara de esquí, logo apareceu de camiseta por todo o país. A nova insurreição zapatista foi uma pedra no sapato neoliberal. Ela não podia ameaçar o PRI militarmente, mas manchou a imagem de “abertura para negócios” do país. O novo movimento zapatista soube explorar

bem a mídia. Ele mantinha um site na Web. Ele conseguiu mobilizar simpatizantes da Europa e dos Estados Unidos. Milhares deles foram até Chiapas, o estado onde ocorria a rebelião, como observadores de direitos humanos internacionais. Ali eles observaram as forças armadas do governo devastarem aldeias maias suspeitas de apoiar os rebeldes. Embora simulasse estar negociando, o governo mexicano dedicou-se na maior parte a deportar os observadores e esmagar a rebelião. Para isso, empregou todas as técnicas consagradas de guerra de “baixa intensidade”, inclusive o armamento generalizado de milícias antiinsurgentes nas aldeias, que têm mostrado uma tendência repetida de fugir ao controle, como na Colômbia.

Os novos zapatistas nunca tiveram chance de derrotar o exército mexicano. Mas a causa dos povos indígenas ainda era a causa da Igreja Católica em Chiapas, onde o próprio Frei Bartolomé de Las Casas foi bispo por alguns anos no século XVI. Como Las Casas quatrocentos anos antes, os zapatistas indígenas assediaram a consciência de toda uma sociedade. Eles representavam uma força moral potente.

Em seu desafio moral ao neoliberalismo, os novos zapatistas reivindicaram o que os povos indígenas vinham reivindicando em toda a América Latina. Em alguns aspectos, a lista de reclamações tinha 500 anos de idade. Em 1992, o 500º aniversário da primeira viagem de Colombo tornou-se a ocasião específica de encontros e declarações indígenas. Compreensivelmente, o estado de espírito era de luto, mais do que de comemoração feliz. Em um encontro internacional em La Paz, Bolívia, representantes dos dispersos povos indígenas — maia, *ñañú-otomí*, *kuna*, *cherokee*, quíchua, *tarahumara*, aimará, *guaymí* e *nahua*, entre outros — declararam, sobre o tema da gloriosa Descoberta da América: “Nossos sábios foram perseguidos, torturados, massacrados. Nosso livros e símbolos sagrados foram destruídos. Nosso ouro e prata, roubados. Nosso território, usurpado.” Eles tinham razão. Uma razão que poucos latino-americanos podiam deixar de reconhecer.

Quer se reunissem no México, Equador ou Bolívia, os líderes indígenas exigiam terra suficiente para cultivar e uma porção justa dos benefícios governamentais. Mas acima de tudo, eles pediam que pudessem permanecer eles próprios, preservando sua língua, estilo de vida e aspectos de sua autonomia política. Essas exigências refletiam o estado de espírito intelectual multiculturalista da década de 1990 no Ocidente em geral, mas colidiam com um dos mais fortes legados do nacionalismo do século XX, ainda bem influente apesar do ataque neoliberal. Em 1992, gerações de ensinamento nacionalista haviam instilado na maioria dos

latino-americanos um forte respeito pelos símbolos de suas origens indígenas. O “nacionalismo mestiço”, com sua ênfase na amalgamação racial e cultural, permaneceu a base emocional das identidades nacionais onde quer que povos de descendência indígena tivessem peso demográfico, especialmente México, Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia.

Após cinco séculos de luta, as relações raciais latino-americanas ainda deixavam muito a desejar. Muitos proclamavam que o racismo deixara de existir, mas isso não era verdade. A cor de pele escura, indígena ou africana, permanecia uma desvantagem social. E o nacionalismo mestiço, conquanto resgatasse um grupo racial antes desprezado, acarretou seu próprio tipo de opressão. Afinal, há tantas diferenças *dentro* dos países como *entre* eles. O sotaque, a música, a cozinha, o tom de pele de quem deve representar a nação inteira? De acordo com a ideologia nacionalista mexicana, um mestiço é agora considerado *mais* mexicano do que os outros nascidos no México. Muitas outras nações latino-americanas instituíram essa auto-imagem mestiça semi-oficial. A imagem do mestiço descreve muitos latino-americanos, talvez a maioria, mas marginaliza outros. Na República Dominicana, por exemplo, a imagem da raça mista exclui pessoas de forte descendência africana, especialmente imigrantes do Haiti, que parecem “pretos demais para serem dominicanos”. Muitas vezes, no México, América Central e Andes, ela exclui os povos indígenas, estimulando-os a “deixar de ser índios”, a adotar uma identidade mestiça, a ingressar na cultura predominante. Os novos zapatistas e outros líderes indígenas da década de 1990 resistiram a essa pressão mais ativamente do que no passado. Na América Latina em geral, as pessoas que preservavam uma identidade indígena em 2000 constituíam uma pequena porcentagem da população. Apesar de seu poder simbólico, a resistência indígena não deteria o neoliberalismo, nem apresentava uma alternativa viável para a América Latina como um todo.

O movimento brasileiro pela promoção e direitos civis dos negros encontrou dificuldades semelhantes. Quase metade de todos os brasileiros são de descendência africana pura ou mista. Eles tendem, em geral, a constituir a metade mais pobre do país, e quanto mais escuros, mais pobres. O Movimento Negro Unificado (MNU) do Brasil foi formado em 1978 para mobilizar essas pessoas em torno de uma consciência de sua identidade compartilhada como vítimas do racismo. Mas os brasileiros pobres nunca demonstraram grande interesse pelo MNU. Em parte, eles se mostram céticos sobre quaisquer movimentos políticos; em parte, porém, eles ainda reagem à versão brasileira do nacionalismo mestiço. Des-

de a década de 1930, a visão de uma “democracia racial” brasileira tem sido a base amplamente popular da identidade nacional do país. A idéia foi tão bem-vinda, após séculos de supremacia branca oficial, que foi fortemente acolhida por brasileiros de todas as cores. A frase “democracia racial” evoca incorretamente uma ausência de racismo e embora os brasileiros aproveitassem o centenário da Abolição (1988) para denunciar quase unanimemente a presença maciça de racismo, eles *não* desistiram da idéia de que a mistura racial e cultural está no núcleo da identidade brasileira. Portanto, qualquer movimento político que enfatize uma agenda negra à parte vai contra as inclinações de muitos brasileiros de descendência africana, talvez a maioria.

A história se repete, mas nunca exatamente da mesma forma. O neoliberalismo pode ser o velho liberalismo *déjà vu*, mas a América Latina mudou desde sua última aparição. O pecado original da exploração social não foi desfeito na América Latina. A hegemonia da cultura européia permanece intacta. Mas no século XX, graças à onda nacionalista de meados do século, a grande maioria dos latino-americanos, incluindo a classe média e até alguns dos muito ricos, agora honra sua herança indígena e africana, pelo menos teoricamente. A transculturação continuou. A *capoeira*, uma combinação de dança e arte marcial afro-brasileira, agora tem adeptos no mundo inteiro. Novas variantes da religião africana ocidental, incluindo o *candomblé* brasileiro e seu primo de primeiro grau, a *santería* cubana, conquistaram muitos novos crentes no final do século XX. Essas religiões incluem um panteão de deuses, cada um associado a qualidades específicas, um tanto quanto na antiga religião grega. Por exemplo, surfistas adolescentes na Bahia se entregam à proteção de Iemanjá, deusa do mar, a caminho da arrebentação. Outra religião em rápido crescimento, a *umbanda*, combina livremente elementos africanos e europeus para produzir algo tipicamente brasileiro. As cerimônias de *candomblé* e *umbanda* incluem momentos de possessão por espíritos, quando os participantes do culto se sentem possuídos por forças invisíveis. No tradicional *candomblé*, essas forças são interpretadas como deuses africanos ocidentais. Já na *umbanda*, a maioria são espíritos brasileiros, incluindo (para os crentes) os espíritos de indígenas e escravos africanos. Muitos novos adeptos, especialmente da *umbanda*, são brancos de classe média.

Outra onda de mudança religiosa que vem transformando a América Latina é a ascensão do protestantismo, notadamente no Brasil, mas também em outras partes, do Chile à Guatemala. Entre os grupos protestantes de maior crescimento estão os pentecostais e outros credos evan-

gêlicos originários dos Estados Unidos. Após quatro séculos em que praticamente todo latino-americano era pelo menos nominalmente católico, alguns países logo terão um quarto de protestantes. Mas em outros, como México e Colômbia, os protestantes ainda constituem apenas uma pequena porcentagem da população.

Se compreender a América Latina sempre foi um desafio aos norte-americanos, talvez o desafio esteja se tornando mais fácil. Afinal, os latino-americanos são os imigrantes mais numerosos nos Estados Unidos, com mais imigrantes do que em qualquer outra época desde o início do século XX. Mexicanos e americanos de descendência mexicana no sudoeste, porto-riquenhos e dominicanos em Nova York e cubanos na Flórida formam grandes e influentes comunidades. Em 1990, as cidades norte-americanas com as maiores populações latinas eram Los Angeles (4,7 milhões), Nova York (1,9 milhão), Miami (1 milhão), Chicago (0,7 milhão) e Houston (0,7 milhão). Cerca de metade dos latinos dos Estados Unidos são de descendência mexicana, mas latino-americanos de muitos outros países podem ser encontrados através dos Estados Unidos. É importante reconhecer que os latinos dos Estados Unidos estão divididos ao longo de linhas nacionais, raciais e étnicas. Na verdade, o termo genérico “latino” pouco significa fora dos Estados Unidos. Somente lá os mexicanos, porto-riquenhos e bolivianos — reunidos pela língua espanhola — começam a se ver mutuamente como latinos. E os brasileiros geralmente não se identificam como latinos, mesmo nos Estados Unidos.

A imigração da América Latina está mudando a cultura norte-americana. Várias são as publicações em língua espanhola. Há redes de televisão em língua espanhola. Supermercados em todo o país vendem *tortillas*, *cilantro* e banana-da-terra. Os gostos de todos estão mudando. As vendas de molho apimentado ultrapassaram as de um favorito norte-americano mais antigo, o *ketchup*. A salsa, a música dançante fabulosamente polirrítmica, nasceu na comunidade cubana de Nova York e disseminou-se por toda a bacia caribenha. A *salsa* está além da capacidade da maioria dos dançarinos norte-americanos; felizmente, a forte imigração dominicana para os Estados Unidos da década de 1980 levou consigo o merengue, uma música de ritmo mais direto, mais fácil de os dançarinos gringos aprenderem.

Nem todas essas mudanças apontam na mesma direção. O crescimento das religiões afro-brasileiras aponta para um caminho; o surto das seitas protestantes aponta para outro. Algumas coisas, como os papéis atribuídos às mulheres latino-americanas, estão mudando com lentidão demais. Outros desafios avultam no horizonte.

A devastação ambiental é pior nos países em desenvolvimento do que nos desenvolvidos, porque evitá-la ou corrigi-la custa caro. Além disso, deixar as fábricas poluírem é uma forma de atrair multinacionais para a América Latina. A área de produção das maquiladoras, ao longo da fronteira mexicana com os Estados Unidos, constitui um exemplo conhecido. Mas as questões ambientais mais conhecidas e de maior escala da América Latina envolvem a floresta amazônica.

Talvez um décimo da floresta amazônica já tenha sido destruída, mas ela ainda ocupa cerca de um terço do território brasileiro, além de partes da Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Ela permanece, de longe, a maior floresta tropical do mundo. A atividade humana mal arranhara a floresta amazônica até a década de 1960. Ela permanecia a morada de povos indígenas vivendo em culturas tribais relativamente intactas, com um punhado de colonizadores ao longo dos grandes rios, muitos deles descendentes dos seringueiros que chegaram em torno de 1900. Depois, nas décadas de 1960 e 1970, o governo militar brasileiro lançou vários grandes projetos de desenvolvimento financiados pelo Banco Mundial: exploração de madeira, abertura de estradas, maciços projetos de mineração (ferro, ouro, manganês, níquel, cobre, bauxita), destruindo a floresta amazônica. Além disso, a construção de imensas represas hidrelétricas inundou milhares de quilômetros quadrados. A poluição com mercúrio altamente venenoso, um subproduto da mineração de ouro, atingiu as vias aquáticas amazônicas com centenas de milhares de toneladas. O governo militar do Brasil estava especialmente ansioso por povoar as remotas fronteiras amazônicas do país, consideradas de segurança nacional, com “verdadeiros brasileiros” em vez de indígenas. Na Amazônia equatoriana, a exploração de petróleo trouxe devastação. As tribos da floresta foram dizimadas por doenças. Algumas se reduziram a nada em apenas poucos anos.

Mesmo assim, os governos brasileiro e equatoriano estavam determinados a explorar os recursos da Amazônia. Afinal, diziam eles, as ricas terras cultivadas do Meio-oeste dos Estados Unidos também já foram florestas habitadas por indígenas. Mas a floresta tropical é diferente das outras. Um dos habitats mais antigos do mundo, as florestas tropicais desenvolveram uma biodiversidade sem similar em qualquer outro lugar do planeta. Ainda mais do que em outras partes, redes generalizadas de relações simbióticas tornam os organismos das florestas superespecializados e intrincadamente interdependentes. Essa interdependência, por sua vez, torna as suas ecologias singularmente frágeis. Quando grandes áreas de floresta são derrubadas, umas poucas espécies de árvores vol-

tam a crescer, mas a biodiversidade original perde-se para sempre. Outro tipo de fragilidade advém do fino solo amazônico, que é rapidamente removido por chuvas torrenciais quando privado da cobertura arbórea protetora. Como resultado, a terra roçada rapidamente se erode, tornando-se quase inútil.

Na década de 1980, quando cerca de 15.500 quilômetros quadrados de floresta estavam desaparecendo anualmente em nuvens de fumaça do tamanho da Bélgica, as conseqüências desastrosas da exploração da Amazônia tornaram-se óbvias. Rondônia, um estado a oeste tendo fronteira com a Bolívia, tornara-se o grande modelo de colonização agrícola do governo brasileiro, seu muito apregoado “Pólo Norte”. Mas mesmo quando a terra foi loteada entre colonos pobres de outras partes do Brasil, que chegavam às centenas de milhares a cada ano, a colonização amazônica raramente funcionou. Os colonos traziam grandes esperanças, mas pouco preparo, e menos de um décimo de Rondônia revelou-se adequado à lavoura. A maioria dos colonos desistiu após apenas dois ou três anos. Seus lotes foram muitas vezes comprados por fazendeiros ricos.

A criação de gado, que ocupa muita terra e emprega poucas pessoas, é responsável por grande parte do desflorestamento da Amazônia. Os criadores são muitas vezes especuladores em grande escala para quem a criação de gado é um empreendimento comercial e não um modo de vida. Normalmente, eles vivem em cidades, trabalham em escritórios com ar-condicionado e entregam a própria criação de gado a administradores contratados. Eles compram enormes extensões de terra, limpam o terreno com escavadeiras, colocam gado lá até que o solo degradado e a vegetação rasteira não suporte nem mesmo o gado, depois vendem a terra e vão em frente. Isso é inacreditavelmente — e desnecessariamente — destrutivo.

Na virada do terceiro milênio, a América Latina ainda enfrenta enormes problemas. Chamá-los de enormes pode até ser pouco. Nesse ínterim, os acontecimentos na América Latina tornaram-se cada vez mais importantes para o resto do mundo. Um destacado historiador da região explica por quê:

A expansão econômica dos principais países latino-americanos superou de longe o crescimento populacional no período desde a Segunda Guerra Mundial. Enquanto suas populações dobraram, triplicaram ou quase quadruplicaram, suas economias cresceram dez, vinte ou trinta vezes. Na década de 1980, o produto nacional bruto *per capita* do México é dezesseis vezes o que foi na década de 1940, e os valores correspondentes do Brasil e da Argentina cresceram, respectivamente, dez e oito vezes. As populações da Colômbia e do Peru são três

vezes maiores do que na década de 1940; seu PNB *per capita*, dezoito vezes maior. Os dois tipos de crescimento mudaram o peso relativo da América Latina nos assuntos globais. A crise da dívida da década de 1980, por exemplo, atraiu a atenção mundial menos por seus efeitos domésticos do que devido à sua mera magnitude e ao seu potencial de abalar o sistema financeiro internacional. Similarmente, a América Latina sempre foi católica, mas agora a maioria dos católicos do mundo é latino-americana.*

Um século atrás, os próprios líderes da América Latina mal entendiam o poder da herança cultural da região. Hoje, a vitalidade e a criatividade da vida latino-americana atrai o interesse ao redor do mundo. Um século atrás, governantes liberais latino-americanos impunham seu modelo econômico com pouca consideração pelos desejos ou bem-estar da maioria pobre. Hoje, os neoliberais têm seu próprio modelo para impor, mas também têm eleições livres para ganhar. Com um pouco de sorte, os perdedores potenciais no modelo neoliberal terão uma chance melhor de se fazerem ouvir.

Mas o que trará o futuro? A nova onda de liberalismo resolverá problemas básicos de desigualdade social? Uma análise cuidadosa da história latino-americana do século XIX dá motivos para o ceticismo. O impulso nacionalista desapareceu para sempre do cenário latino-americano? Uma olhada de volta ao século XX mostra que não. Quando e como as sociedades latino-americanas enfim escaparão das conseqüências prolongadas de seu “pecado original”, seu nascimento em sangue e fogo quinhentos anos atrás? Para obter respostas a esta e outras perguntas, acompanhe as notícias! Mas prepare-se para surpresas...

* Tulio Halperin Donghi, *The Contemporary History of Latin America* (Durham, N.C.: Duke Univ. Press, 1993), p. 404.